



Gilberto Mestrinho (segundo à esquerda) preside Comissão de Orçamento, que ontem votou mais dois relatórios setoriais

Restrição para reajuste maior a aposentados

Está "extremamente" difícil arranjar recursos para que o INSS conceda reajuste acima da inflação aos aposentados que ganham mais de um salário mínimo. A afirmação foi feita ontem pelo relator-geral do Orçamento da União para este ano, deputado Carlito

Merss. Segundo ele, já foi complicado obter dinheiro a fim de conceder aumento de 13% além da inflação para as aposentadorias de salário mínimo. Por lei, quem recebe mais que o piso terá benefícios corrigidos pela inflação passada.

Página 4



Fernando Bezerra é um dos autores da proposta que moderniza legislação

Projeto acaba com monopólio do BC no mercado de câmbio

Será apresentado amanhã, em solenidade no Senado, projeto de lei complementar que visa mudar radicalmente o mercado de câmbio no Brasil, acabando com o monopólio do Banco Central nessas operações. Renan Calheiros e Fernando Bezerra apontam a necessidade de aumentar a eficiência dos negócios, reduzir os custos de transação e eliminar burocracia desnecessária.

Página 4

Proposta facilita doação a fundos de defesa da criança

Projeto que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos facilita as regras para doações de pessoas físicas e jurídicas aos fundos de defesa da criança e do adolescente. A CAE pode examinar ainda mensagem presidencial solicitando autorização para que o governo do Amapá possa contrair empréstimo

de US\$ 4,8 milhões junto ao Banco Mundial para financiar o projeto Comunidades Duráveis. Outra proposta em exame na CAE beneficia produtores rurais, cooperativas, associações e condomínios que contrataram operações de crédito rural no âmbito da Adene entre setembro de 1989 e dezembro de 2000.

Página 3



Comissão de Assuntos Econômicos realiza reunião a partir das 9h30 de hoje

Projeto exclui da pauta do STF assuntos menores, como brigas de vizinhos ou acidentes de trânsito

Supremo poderá julgar apenas causas relevantes

O Supremo Tribunal Federal pode deixar de julgar casos repetitivos ou de menor importância, como briga de vizinhos ou acidentes de trânsito, para se dedicar a questões que tenham ampla repercussão no país. A previsão é do senador José Jorge, relator do projeto de lei que disciplina o recurso

extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Além de limitar esse recurso a matérias relevantes, a proposta inova na questão dos recursos similares. O presidente do tribunal de origem escolhe um processo para enviá-lo ao Supremo e sobresta os demais até o pronunciamento da alta corte.

Página 5



Onyx Lorenzoni e Jefferson Péres ouvem, na CPI dos Correios, representante da Unafisco

CPI discute o que fazer para barrar a corrupção

Avaliação periódica das políticas de gestão pública é uma das sugestões feitas à CPI dos Correios pelo professor Humberto Falcão Martins, da Universidade de Brasília (UnB). Especialistas em gestão têm apresentado à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção propostas de mudanças legislativas. Ao

final dos trabalhos, a sub-relatoria deve apresentar suas conclusões e indicar caminhos para enfrentar o problema.

Hoje, os integrantes da CPI que estiveram nos Estados Unidos em busca de informações sobre conta do publicitário Duda Mendonça devem fazer balanço dos resultados obtidos.

Página 6

Presidente da Comissão de Direitos Humanos diz que falta ética na hora de definir prioridades para gastos públicos

Cristovam vê falta de sintonia entre Senado e realidade do povo

Três reportagens veiculadas no último domingo pelo *Fantástico*, da TV Globo, chamaram a atenção do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), por revelarem novas facetas das mazelas sociais do país.

As reportagens mostraram que cortadores de cana de São Paulo estão morrendo de trabalhar em jornadas exaustivas para garantir uma cesta básica; que crianças arriscam a vida para pedir comida aos motoristas que trafegam pela BR-101 no sul da Bahia; e que no Brasil não existe um cadastro nacional para adoção de crianças.

Ontem, o senador afirmou que vai levar os temas à Comissão de Direitos Humanos, pois há um "descompasso" entre a realidade exibida pela televisão e a debatida pelo Senado, onde, segundo Cristovam, as denúncias de corrupção têm sobressaído.

– Às vezes assistir aos programas de televisão no Brasil dá a



Cristovam afirma que CDH pode examinar questões sociais exibidas na TV

impressão de que se está em outro país; ou então, ao assistir aos debates aqui nesta Casa tem-se a impressão de que o Senado é que está em outro país – disse.

Na opinião do senador, os dois maiores problemas do Brasil são a “falta de ética nas prioridades” dos gastos públicos, e a “falta de sintonia do Senado, do Congresso, do governo, do Poder Judiciário com a realidade do povo”.

O pronunciamento de Cristovam recebeu apoio dos senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

José Jorge: pesar por Aldemir Martins

O senador José Jorge (PFL-PE) solicitou a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Aldemir Martins, ocorrido no último domingo na cidade de São Paulo. O parlamentar também solicitou a apresentação de condolências à família do

artista, que morreu em razão de um infarto.

– Ele foi um dos mais importantes artistas plásticos do Brasil no século passado – afirmou José Jorge, lembrando que Aldemir atuou como ilustrador do *Jornal da Tarde* nos anos 70.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx



Plenário vota mudanças nas regras das MPs

Na sessão de hoje, às 14h, os senadores podem votar a proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) que muda a tramitação das medidas provisórias (MPs), com o objetivo de evitar longos períodos de obstrução das votações. O texto prevê, entre

outros, que as medidas provisórias só tenham força de lei depois de o Congresso aprovar a admissibilidade da medida, ou seja, se o assunto pode ser objeto de MP. Caso contrário, a proposição passa a tramitar como projeto de lei em regime de urgência.

Exposição sobre TV Senado na agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa às 11h com o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base

(Abdib), Paulo Godoy. Às 11h30, participa do lançamento do Pacote de Medidas de Incentivo à Construção Civil. Logo depois, encontra-se com

o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Hélio Derenne. Às 19h, vai à abertura de exposição em homenagem aos dez anos da TV Senado.

CAE vota empréstimo de US\$ 4,8 milhões para o Amapá

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 9h30. Em pauta, autorização para empréstimo de até US\$ 4,8 milhões ao governo do Amapá. O dinheiro, empresta-

do pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), é destinado ao financiamento parcial do Projeto Comunidades Duráveis do Estado do Amapá.



Sub-relatoria analisa sugestões contra corrupção

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, reúne-se às 10h para ouvir as sugestões do secretário de

Previdência Complementar, Adacir Reis, sobre medidas de combate a fraudes nos fundos de pensão. Às 10h, a Sub-Relatoria de Fundos

de Pensão ouve o ex-diretor do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís), Hélio Afonso Pereira.



Contratos de tecnologia e do Correio Híbrido

A Sub-Relatoria de Contratos investiga possíveis fraudes nos contratos de tecnologia dos Correios, que foram postos sob suspeita pelo ex-funcionário da estatal Maurício Marinho e pelo Tribunal de Contas

da União (TCU). A partir das 14h, a sub-relatoria ouve o depoimento do gerente do projeto Correio Híbrido da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Paulo Roberto Lobo da Rocha.

CPI dos Bingos ouve Kurzweil

O empresário Roberto Kurzweil, dono do carro-forte que, segundo denúncias, teria transportado dólares cubanos para o caixa dois do PT, depõe às 10h30 na CPI dos Bingos. A comissão ouve ainda os empresários ligados a jogos Carlos Roberto Martins e Messias Antônio Ribeiro Neto.

Marinha e salário mínimo

A Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, analisa projeto que dispõe sobre a atualização das diretrizes da educação da Marinha (PLC 139/05). Às 14h, está prevista reunião da Comissão Mista do Salário Mínimo com representantes das entidades patronais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mão Santa e Garibaldi Alves e pela senadora Serys Shessarenko

Comissão de Assuntos Econômicos examina na reunião de hoje projeto que trata da repactuação de dívidas de agricultores na área de atuação da Adene

Comissão de Educação analisa regras para ensino na Marinha

A Comissão de Educação (CE) examina hoje projeto de autoria do Executivo que dispõe sobre o ensino na Marinha (PLC 139/05). A proposta, segundo o relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), tem a finalidade de substituir a atual legislação sobre o ensino naval (Lei 6.540/78), a fim de torná-la mais moderna e adequá-la aos conceitos e nomenclaturas da legislação educacional em vigor.

Crivella explicou que as normas que regem o ensino militar são ainda da década de 1970 e, portanto, na sua opinião, precisam de atualização. Ele também observou que o contexto histórico e educacional daquela época é bastante diferente da realidade de hoje.

Em seu relatório, o senador destacou que o projeto inclui, en-

tre as inovações apresentadas, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a preservação da ética e a avaliação integral e contínua dos educandos. A proposta prevê ainda oferta de cursos e estágios a distância.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), ressaltou Crivella, determina que o ensino militar seja regulado por legislação específica, de acordo com a natureza da missão constitucional de cada uma das Forças Armadas. O sistema de ensino naval, informou, compreende cursos e estágios em diferentes níveis e modalidades de ensino – educação básica e superior, incluindo pós-graduação e educação profissional.

A reunião da Comissão de Educação será realizada às 11h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.



Proposta em exame na CAE prevê que pessoas físicas poderão fazer doações até a data da entrega da declaração do Imposto de Renda

Doações a fundos de defesa da criança podem ser facilitadas

As doações de pessoas físicas e jurídicas aos fundos de defesa da criança e do adolescente poderão tornar-se mais fáceis por meio das regras estabelecidas no Projeto de Lei da Câmara 51/04, que está na pauta da reunião de hoje, às 9h30, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto é um dos destaques da pauta das comissões permanentes do Senado nesta semana.

A lei atualmente em vigor estabelece o último dia do ano-base de contribuição como limite máximo para a realização de doações dos fundos municipais, estaduais e nacional em defesa da criança e do adolescente. O projeto em análise na CAE permite que as doações sejam feitas no momento em que já se conhece o montante do Imposto de Renda devido. As pessoas físicas, por exemplo, poderão efetuar doações até a

data da entrega da declaração de ajuste anual.

A proposta possibilita ainda que as doações de pessoas jurídicas sejam realizadas dentro do limite de 1% do Imposto de Renda devido, apurado pelas empresas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

A CAE examinará também mensagem presidencial solicitando autorização para operação de crédito externo entre o governo do Amapá e o Banco Mundial, no valor de US\$ 4,8 milhões, e o projeto da Câmara (PLC 142/05) que trata da repactuação de dívidas de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Já a Comissão de Educação (CE), na reunião de hoje a partir das 11h, terá como único item da pauta o projeto da Câmara que regulamenta o ensino na Marinha (PLC 139/05). De acordo com a

proposta, que tem como relator o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), estão entre os princípios básicos do ensino nessa Força a preservação da ética, dos valores militares e das tradições navais e a avaliação integral e contínua.

Acordos

Diversos acordos internacionais estão na pauta da reunião de quinta-feira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a partir das 9h30. Entre eles, um memorando de entendimento entre o Brasil e a Índia de cooperação tecnológica na área de mistura de etanol em combustíveis. Por meio do acordo, de 2002, o governo brasileiro se dispõe a compartilhar tecnologia de mistura de etanol na gasolina e no diesel. Também será analisado memorando de entendimento entre Brasil e Peru de cooperação em matéria de proteção e vigilância da Amazônia.



Entre os textos em pauta na CRE está o que prevê cooperação para proteção da Amazônia

Relações Exteriores vota 18 projetos que aprovam acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza reunião na quinta-feira, às 9h30, para examinar e votar 18 projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais feitos pelo Brasil. Entre essas propostas, destacam-se o acordo com Portugal para a transferência de pessoas condenadas e o tratado com o governo do Peru sobre a transferência de presos.

Outro projeto, que trata de acordo realizado com o Equador, diz respeito à área de defesa civil. Os senadores também irão apreciar texto sobre memorando de entendimento com o Peru relativo a cooperação para proteção e vigilância da Amazônia. Na área da Previdência Social, será votada proposta que trata da aprovação do texto do acordo sobre o setor com a Holanda. E, com a Estônia, será votado projeto que trata da aprovação de acordo de coopera-

ção cultural e educacional.

Os acordos internacionais contidos nos projetos a serem votados pela CRE incluem ainda cooperação na área de turismo, com a Croácia; cooperação tecnológica na área de mistura de etanol em combustíveis para transportes, com a Índia; memorando de entendimento para promoção do setor pesqueiro, com o Peru; cooperação no campo da veterinária, com a Polônia; e segurança da aviação, com os Estados Unidos, entre outros.

Armas

Também consta da pauta projeto que trata do acordo de protocolo adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 2001 e assinado pelo Brasil no mesmo ano contra fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo, suas peças e componentes e munições. A proposta complementa a convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional.

Empréstimo para o combate à pobreza no Amapá

O pedido de autorização para que o governo do estado do Amapá possa contrair empréstimo no valor de US\$ 4,8 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), em exame na CAE, é destinado ao financiamento parcial do projeto Comunidades Duráveis.

O projeto, cujo custo total está estimado em US\$ 6,8 milhões, tem por objetivo principal reduzir a pobreza rural e urbana no estado, por meio de melhor acesso da população a serviços sociais e a infra-estrutura básica. Se aprovada, a mensagem presidencial – já transformada em projeto de

resolução – segue para análise do Plenário do Senado.

Na mesma reunião, a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), também deve votar projeto (PLC 51/04) da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) que facilita, aos contribuintes, deduzirem integralmente do Imposto de Renda devido as doações feitas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente, obedecidos os limites estabelecidos em lei (1% para pessoas jurídicas e 6% para pessoas físicas). O relator da proposta, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), é favorável

à aprovação do projeto.

A comissão deve examinar ainda projeto de autoria do deputado Roberto Pessoa (PLC 142/05) que trata da renegociação de débitos oriundos de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). O projeto beneficia produtores rurais, cooperativas, associações e condomínios que foram mutuários de operações firmadas entre 27 de setembro de 1989 e 31 de dezembro de 2000, quando da existência da Sudene, extinta em 2001, e que foi substituída pela Adene.



Tourinho diz que recursos serão gastos de forma "açodada e irresponsável" pelo governo

Tourinho questiona uso de verbas do FAT

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) questionou a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para programa de microcrédito produtivo orientado do governo federal. Segundo informou, serão destinados ao programa cerca de R\$ 100 milhões para a distribuição entre organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) este ano.

Na opinião de Tourinho, a medida não passa de interesse eleitoral do presidente Lula. O senador afirmou que esses recursos do FAT vêm do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e serão utilizados de maneira "açodada e irresponsável".

– É dinheiro do trabalhador. Esse programa de microcrédito pode terminar como o do Banco Popular, que acabou dando prejuízo ao FAT – recordou o senador, explicando que, há dois anos, o governo criou um programa pelo Banco do Brasil para atendimento de crédito a correntistas de baixa renda. A iniciativa fracassou.

Tourinho se disse favorável a um programa de microcrédito, observando, no entanto, que o assunto deveria passar por uma comissão do Senado.

– Segundo a Agência Estado, cerca de R\$ 30 milhões desses recursos já estariam comprometidos com publicidade do programa. Na época do Banco Popular, parte do dinheiro foi para a DNA – afirmou, referindo-se à agência de publicidade de Marcos Valério.

Carlito Merz espera que a Comissão Mista de Orçamento termine nesta semana a votação dos dez relatórios setoriais para anunciar como irá distribuir recursos adicionais



Comissão concluiu ontem a votação de mais dois relatórios parciais: Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e Poderes do Estado e Representação

Aumento para aposentados será difícil, prevê relator do Orçamento

O relator-geral do projeto de Orçamento para 2006, deputado Carlito Merz (PT-SC), afirmou ontem que será "extremamente difícil" arrumar dinheiro para que o INSS dê aumento acima da inflação para os aposentados que ganham mais que o salário mínimo.

Segundo Merz, já foi difícil para o governo federal conseguir dinheiro para conceder aumento de 13% acima da inflação para os aposentados que

recebem o salário mínimo. Lembrou que os 13% beneficiam quase 14 milhões de aposentados que recebem o piso. Por lei, quem recebe do INSS mais que o piso terá seus benefícios corrigidos pela inflação passada.

O relator espera que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) termine nesta semana a votação dos dez relatórios setoriais para anunciar como irá distribuir os recursos adicionais de reestimativas de receitas. Na noite de

ontem a CMO terminou a votação de mais dois dos dez relatórios setoriais – Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e Poderes do Estado e Representação.

Até agora, quatro relatórios já tiveram sua votação concluída, dois foram votados parcialmente e quatro ainda estão na fila. O relatório da área de infra-estrutura, um dos mais importantes, ainda não foi apresentado na comissão.

Projeto facilita transação com moeda estrangeira

Ao lado do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), o presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentará oficialmente, amanhã, projeto de lei complementar destinado a mudar radicalmente o mercado de câmbio no Brasil, acabando com o monopólio do Banco Central nessas operações e modernizando uma legislação que remonta a 1930.

O projeto visa, fundamentalmente, "eliminar a chamada 'cobertura cambial' nas operações de exportação, instituição anacrônica que advém dos anos de 1930, e permitir a compensação cambial", dizem os senadores, na justificativa.

Representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de outras entidades empresariais estarão presentes à solenidade, prevista para realizar-se no gabinete da Presidência do Senado. O projeto regulamenta o artigo 192 da Constituição para disciplinar as operações de câmbio e a movimentação de capital estrangeiro no Brasil.

Se aprovado, as pessoas passarão a poder comprar e vender livremente



Renan Calheiros e Fernando Bezerra devem apresentar a proposta oficialmente amanhã

moedas estrangeiras no Brasil, assim como entrar e sair do país com esse dinheiro ou ter contas bancárias em outras moedas, desde que o dinheiro tenha origem externa. A proposição determina, porém, que essas operações sejam realizadas exclusivamente por intermédio de instituições previamente autorizadas pelo Banco Central.

A proposta também prevê que o Conselho Monetário Nacional regulamentará a abertura e a movimentação dessas contas, ficando autorizado a impor restrições ao livre fluxo de divisas, inclusive podendo outorgar ao Banco Central o monopólio temporário das operações de câmbio, quando ocorrer



grave desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação.

Na justificativa do projeto, Renan e Bezerra dizem que o período de inflação crônica levou o Brasil a uma espécie de obsessão com as questões macroeconômicas. Eles observam, contudo, que à medida que os fundamentos da economia vão se fortalecendo num processo lento mas irreversível, a nação vai despertando para a necessidade de abrir mais sua estrutura econômica. Ou seja, é necessário aumentar a eficiência dos negócios, reduzir os custos de transação e eliminar burocracia desnecessária.



Para Antonio Carlos, ampliação de gastos representa um desrespeito ao contribuinte

ACM critica concurso da Transpetro

Ao classificar como absurdo e desperdício o concurso que a Transpetro (Petrobras Transporte S/A) está realizando para preencher quase 10 mil vagas do seu cadastro de reserva, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou do presidente da República o cancelamento dessa iniciativa.

Na avaliação do senador, ampliar os gastos com o funcionalismo público no momento em que se fala em redução das despesas da máquina pública é um desrespeito ao contribuinte.



Alberto Silva anuncia que primeiro vôo, procedente de Roma, vai chegar no dia 20

Parnaíba receberá vôos internacionais

Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou que Parnaíba, segunda maior cidade do Piauí, receberá seu primeiro vôo internacional no próximo dia 20. Há 30 anos, registrou, o então campo de aviação de Parnaíba se transformou em aeroporto. Em 2004, já sob administração da Infraero, passou a aeroporto internacional.

O primeiro vôo internacional a pousar no município, disse o senador, será o de uma aeronave 767, procedente de Roma.



Suassuna denuncia critérios políticos na distribuição de água por alguns prefeitos

Suassuna cobra ajuda para vítimas da seca na Paraíba

Ao informar que a população de vários municípios do interior da Paraíba vem sofrendo com a seca e a escassez de água até para consumo humano, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo federal urgência na regularização da distribuição de água por carros-pipa e também uma solução definitiva para o problema.

Ele denunciou o uso de critérios políticos para a distribuição de água por alguns prefeitos do estado. "Em São Vicente do Seridó, em Pedra Lavrada e em toda a área do Cariri está uma seca só. É preciso maior solidariedade para que brasileiros como nós não morram de sede", reclamou.



Quintanilha comenta quadro de pobreza em municípios do Tocantins

Quintanilha quer melhor distribuição de recursos federais

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) destacou que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, dos dez municípios mais pobres do país, cinco estão no Tocantins. O senador disse que é preciso repensar o pacto federativo para garantir a melhor distribuição dos recursos arrecadados.

– São os prefeitos municipais que sofrem a pressão, que têm responsabilidade muito grande, a quem a população recorre, em busca de atendimento para necessidades básicas de saúde, educação, água, saneamento. É preciso acabar com a situação de pobreza – salientou o parlamentar.

José Jorge observa que, segundo a reforma do Poder Judiciário, questões de menor importância, como briga de vizinhos e acidentes de trânsito, não devem ir ao Supremo

Foto: Roosevelt Pinheiro



Projeto, que pode ser votado pelo Plenário ainda no período de convocação, visa dar mais agilidade às decisões judiciais

Proposta limita recurso ao STF a causas de ampla repercussão

Já está no Plenário substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) a projeto de lei do Senado que disciplina o procedimento para exame, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), das questões discutidas no recurso extraordinário, previsto na Constituição. A proposta complementa a reforma do Poder Judiciário.

O artigo 102 da Constituição prevê que compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e julgar válida lei ou ato do governo local contestado com base na Constituição ou lei federal.

A norma constitucional determina que o interessado deve demonstrar, no recurso, a repercussão geral das questões discutidas no caso. Conforme o

projeto (PLS 12/06), aprovado quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), somente serão considerados os recursos extraordinários que versarem sobre questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. Também haverá repercussão geral quando o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante daquela corte.

Para José Jorge, ao estabelecer que os recursos extraordinários devem ostentar repercussão geral, a Constituição resgata para o STF a função paradigmática que caracteriza a sua razão de ser.

– Eis por que exigir a repercussão geral do recurso extraordinário sempre pareceu um excelente mecanismo para a criação de um filtro recursal, de modo que o STF não tenha necessariamente que se debruçar sobre os casos

repetitivos ou de menor importância, como brigas de vizinhos ou acidentes de trânsito, podendo dedicar-se a questões que possuam efetiva e ampla repercussão no tecido social brasileiro.

No parecer, José Jorge lembra que o texto original do projeto foi amplamente discutido com a comunidade jurídica e com os membros da Comissão Mista de Regulamentação da Reforma do Judiciário. Ele esclarece que, na elaboração do substitutivo, acolheu sugestão dos ministros Gilmar Ferreira Mendes e Cezar Peluso, ambos do STF, que consideraram o projeto com detalhamento excessivo.

– Essa é a razão pela qual adotamos a postura da regulamentação mínima, deixando para que o próprio Supremo fixe, em seu regimento interno, os parâmetros e o procedimento para a verificação da repercussão geral do recurso extraordinário.

Augusto Botelho defende poder de investigação do Ministério Público

Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu, em discurso no Plenário, a prerrogativa do Ministério Público para efetuar investigações em ações penais, com o argumento de que conferir essa função apenas à polícia judiciária é prejudicial à sociedade.

– Ao colher elementos para respaldar o seu conhecimento sobre a investigação, o Ministério Público não está presidindo um inquérito, mas agindo nos limites de suas atribuições, visando apenas à busca de uma maior clareza dos fatos – esclareceu o parlamentar.

Augusto comparou o sistema brasileiro em vigor – no qual o Ministério Público, além de promover a ação penal, pode investigar – com os de outros países. Ele informou que nos Estados Unidos, Itália, Alemanha e Japão, entre outras nações, vigora sistema semelhante.

O parlamentar explicou que o modelo pelo qual o Ministério Público acusa, um juiz instrui as investigações e outro julga o caso tem origem na França de Napoleão Bonaparte, no século 19, e foi criado com o intuito de garantir a imparcialidade do



Augusto Botelho ressalta a importância do MP para o regime democrático no país

processo.

Ele ressaltou a importância do Ministério Público para a democracia, uma vez que a ele cabe, de acordo com a Constituição federal, a defesa dos interesses sociais, da ordem jurídica e do próprio regime democrático.



Gilvam Borges lembra o crescimento alcançado pela capital do Amapá

Gilvam exalta os 248 anos de fundação da cidade de Macapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) registrou os 248 anos de fundação de Macapá, comemorados no último sábado. Fundada em 1758, a então Vila de São José de Macapá foi elevada à categoria de cidade em 1856, quando passou a ser denominada Macapá, e tornou-se capital do Amapá em 1944, lembrou o senador.

– Macapá cresceu e tornou-se uma cidade cheia de vivacidade, amada por seus habitantes e por todos que a visitam – afirmou Gilvam. Ele disse que as comemorações contaram com missas, exposições, peças teatrais, exibição de danças, lançamento de livros e discos, torneios esportivos e *shows* pirotécnicos.



Papaléo Paes observa que Macapá é a única cidade brasileira sobre o Equador

Papaléo destaca vocação para o comércio e turismo

Ao lembrar a comemoração dos 248 anos de Macapá, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ressaltou, em discurso, que a capital amapaense é a única cidade brasileira localizada sobre a linha do Equador.

A maior vocação de Macapá, segundo disse, é o comércio, uma vez que sua posição geográfica favorece transações com as Américas Central e do Norte e a Europa. Outra vocação importante, acentuou, é o turismo, destacando-se como atrações a Fortaleza de São José; o Teatro das Bacabeiras; e o Parque do Meio do Mundo, onde ficam o Marco Zero do Equador e o Estádio Zerão.



Para Arthur Virgílio, a ausência de nomes do PT na lista seria prova de fraude

Virgílio quer punição para os autores da lista de Furnas

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) disse ontem que quer a punição dos autores de uma lista que circulou pela Internet com nomes de políticos que teriam sido beneficiados por recursos advindos de Furnas para financiar campanhas eleitorais em 2002. A seu ver, não há dúvidas de que a lista é uma fraude.

– A lista não contém o nome de nenhum filiado do PT; hoje, não acredito em nenhuma lista de corrupção sem a participação do PT. Quero punir os culpados por sua autoria e, se forem parlamentares, entrar com processo de cassação – afirmou o líder do PSDB, cobrando pronunciamento do ministro da Justiça sobre o assunto.

Virgílio anunciou ainda a apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Tales Tarcísio Alvarenga, ocorrido na sexta-feira.

Líder do PSDB desafia Berzoini a processar FHC

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), desafiou o presidente do PT, Ricardo Berzoini, “a processar Fernando Henrique Cardoso”. Berzoini havia afirmado que iria processar o ex-presidente devido às declarações feitas à revista *IstoÉ*.

Entre outras afirmações, Fernando Henrique disse que “a corrupção neste governo é muito mais grave do que nos outros casos”; “é paradoxal, mas a ética do PT é roubar”; “o PT obteve lealdades em troca de dinheiro”; e “Lula pode ganhar [a eleição de 2006], mas será guiado pelo mercado e pelo pior da política”.

O senador assinalou que Berzoini também poderia processar Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, que teria declarado recentemente que o PT “perdeu o caráter e a credibilidade”.

Ao falar ontem à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, Humberto Martins propôs que a administração do poder público seja preocupação nacional

Professor defende valorização das políticas de gestão pública

O professor da Universidade de Brasília (UnB) Humberto Falcão Martins sugeriu ontem na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, que o tema das políticas de gestão pública seja colocado na pauta nacional.

– Esse assunto é tão importante quanto as discussões sobre saúde, transporte e educação, por exemplo, e não se trata de um problema só do Executivo – observou ele.

Doutor em Administração, mestre em Administração Pública e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Martins define políticas de gestão pública como um conjunto abrangente de práticas voltadas para a geração de resultados no âmbito do poder público.



Martins, da UnB, sugere que o TCU avalie as práticas de gestão adotadas no país

Ele propôs a criação de uma comissão de gestão pública, que atuaria no Legislativo interagindo com a sociedade, com o objetivo de pautar o Executivo. Também sugeriu a avaliação periódica das políticas de gestão pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e uma reorganização do

Ministério do Planejamento.

O professor não considera problemático o fato de o modelo brasileiro ser aberto (qualquer cidadão pode ocupar os cargos de comando, e não apenas servidores de carreira), mas acha que o sistema é mal utilizado.

– A estrutura é deformada para acomodar pessoas, de acordo com interesses escusos. Ao contrário do que se pensa, o quadro é pequeno. O problema é a distribuição – disse.

Para combater a prática do “aparelhamento”, ele defendeu o estabelecimento de regras de acesso aos chamados cargos DAS (Direção de Assessoramento Superior); sistemas de certificação de competência; seleção pública; e avaliação de desempenho.

Audidores sugerem cautela no trato dos sigilos de servidores públicos

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Carlos André Soares Nogueira, e o presidente da Federação Nacional do Fisco (Fenafisco), Rogério Macanhão, afirmaram ontem na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, que são favoráveis à sugestão de que servidores e agentes públicos coloquem seus sigilos à disposição dos órgãos reguladores. Eles defendem, no entanto, que isso seja feito com cautela.

– Deve ser feito junto às devidas instituições e é preciso estabelecer garantias de que não vai haver vazamento ou mau uso dos dados – disse Nogueira.

Para Macanhão, a prática poderia ficar restrita aos agentes públicos e aos servidores de carreira que lidam com poder financeiro. Os demais servidores poderiam estar sujeitos, em sua concepção, a políticas como declaração de bens anual, por exemplo.

Nogueira afirmou acreditar que ambientes em que há acúmulo de poder são ideais para o desenvolvimento da corrupção e defendeu a profissionalização da administração pública.

Macanhão, por sua vez, ressaltou que é fundamental que as instituições fazendárias tenham autonomia política.

– Os governantes não podem ter ingerência direta sobre o que se fiscaliza – destacou.



Deputado Onyx Lorenzoni (E) acompanha apresentação de Carlos André Nogueira

Serraglio faz balanço da viagem aos EUA

Os deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR), Maurício Rands (PT-CE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ), relator e relatores-adjuntos da CPI dos Correios, concederão hoje uma entrevista coletiva a respeito da viagem que fizeram aos Estados Unidos, em busca de dados sobre a movimentação bancária de Duda Mendonça.

Os parlamentares estiveram na Promotoria Distrital de Nova York, no Departamento de Justiça e no Financial Crimes Enforcement Network, órgão responsável pela fiscalização das transações financeiras. Também se reuniram com os sócios do escritório de advocacia Arnold & Porter.

Agenda alterada

As sub-relatorias de Contratos e de Fundos de Pensão alteraram suas programações. Falará à primeira apenas o gerente do Correio Híbrido Postal, Paulo da Rocha, e à segunda Hélio Pereira, ex-diretor da Postalís. Na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, está mantida a palestra de Adacir Reis, secretário de Previdência Complementar.



Heloísa: “PSOL não quer acobertar a corrupção neste governo ou no anterior”

PSOL pede a convocação de Duda e Toledo, diz Heloísa

Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem que seu partido apresentou dois requerimentos à CPI dos Correios, solicitando a convocação do publicitário Duda Mendonça e de Dimas Toledo, ex-diretor de Furnas. Ela declarou que “o PSOL não deseja que seja acobertada a corrupção do governo Lula nem a do anterior”, referindo-se às notícias de que haveria um acordo entre governo e oposição nesse sentido.

A senadora sugeriu ainda que aquela comissão “assuma as prerrogativas da CPI do Mensalão, liquidadas quando o governo e o Congresso fizeram um acordo sujo para impedir a prorrogação dos trabalhos dessa CPI”.



José Jorge diz que crescimento da aprovação popular não garante vitória

José Jorge: Lula faz uso de medidas eleitoreiras

José Jorge (PFL-PE) disse, em discurso ontem, que o crescimento de oito pontos percentuais na aprovação do presidente Lula, de acordo com pesquisa do Instituto Datafolha, “não lhe assegura a reeleição”. O senador afirmou que o presidente recuperou popularidade nas camadas menos alfabetizadas da população, “principalmente em função da propaganda massiva que vem promovendo, fora do período eleitoral, e de medidas eleitoreiras, como a operação tapa-buracos”, além do reajuste do salário mínimo.

– Lula vem se utilizando dos espaços da mídia para inserir, ilegalmente, propaganda fora de época – assinalou.

Mão Santa diz que Lula não terá apoio do PMDB

Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que o presidente Lula não contará com o apoio do PMDB em sua candidatura à reeleição. O senador advertiu Lula para que "não se deixe enganar caso alguns membros do partido prometam apoio à sua candidatura, uma vez que a Convenção Nacional já resolveu que o partido lançará candidato próprio".

O senador lembrou que, quando Orestes Quécia foi candidato em 1994, embora não tenha sido eleito presidente, foi responsável pelo fortalecimento do partido, que, à época, elegeu nove governadores, o que corresponde a um terço das unidades da Federação. Mão Santa disse acreditar que a vaga de senador pelo seu estado a ser disputada nas próximas eleições será ocupada pelo representante do PMDB.



Mão Santa afirma que seu partido vai lançar candidatura própria à Presidência

– A candidatura própria traz para a legenda um maior número de governadores, de senadores, de deputados, além de maior possibilidade de conquistar prefeituras e vereadores. As eleições são uma oportunidade para o surgimento de novas lideranças. Tirar o PMDB da disputa presidencial é como tirar o Flamengo do campeonato carioca ou o Brasil da Copa – assinalou o senador, acrescentando que o PMDB é o "maior partido da história contemporânea brasileira".

Alvaro Dias critica Lula por "corrupção e estelionato eleitoral"

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo Lula eliminou a fronteira entre as esferas pública e privada, banalizou a corrupção e criou uma crise ética de dimensões explosivas. O parlamentar mencionou denúncias de utilização de recursos públicos em campanhas eleitorais, negócios, a seu ver, suspeitos realizados por Lula e seus auxiliares, e o projeto de um trem-bala unindo Rio de Janeiro e São Paulo, cuja licitação seria um "jogo de cartas marcadas".

Ele citou matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense* segundo a qual o governo anunciaria o projeto, no valor de R\$ 20 bilhões, um mês antes da campanha eleitoral. A licitação estaria sendo organizada de tal modo que saia vencedora a empresa italiana Italplan, que teria capacidade para arregimentar recursos suficientes à realização da obra.



"Relação promíscua entre o público e o privado é a marca do PT", diz Alvaro

Alvaro também chamou a atenção para matéria publicada pela revista *Veja*, na qual se afirma que Lula e o PT se associaram para fundar a Editora Brasil Agora, depois repassada a Rui Falcão, secretário da ex-prefeita de São Paulo Martha Suplicy, e outros dois petistas. Recursos do Fundo Partidário, e, portanto, públicos, teriam sido repassados à editora para o pagamento de indenização trabalhista.

– A relação promíscua entre o público e o privado passou a ser a marca indelével da gestão do PT frente ao Executivo federal – afirmou o senador.



Serys: estados devem seguir exemplo de Pernambuco para combater esse mal

Serys Shlessarenko (PT-MT) parabenizou ontem o Núcleo Contra as Desigualdades, da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, pelo trabalho que vem desenvolvendo com o objetivo de eliminar a violência contra a mulher.

– Todos os estados devem ter o mesmo procedimento de Per-

Senador afirma que, por causa das perdas ocasionadas pela seca, é necessária a concessão de subsídios governamentais para a atividade agrícola no Nordeste

Agridino pede urgência para renegociação de dívidas rurais

O líder do PFL, senador José Agridino (RN), fez um balanço das matérias aprovadas pelo Congresso Nacional durante a convocação extraordinária e pediu urgência para a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operação de crédito no âmbito da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Agridino teme ameaça dos bancos ao patrimônio dos pequenos agricultores

Agridino cobrou do relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PTB-RN), rapidez na apresentação de seu relatório para que a matéria, já aprovada na Câmara dos Deputados, possa ser discutida e votada no Senado.

Defendendo a necessidade de concessão de subsídios governamentais para a atividade agrícola no Nordeste, o senador

lembrou que os agricultores da região não tiveram condições de pagar seus débitos devido a perdas nas safras ocasionadas pelas secas.

– Essa matéria tem que ser votada porque os bancos oficiais já estão lançando mão do patrimônio do pequeno agricultor. Vão transformar o pequeno pedaço

de terra numa propriedade do banco, que, aí sim, será terra improdutiva – alertou.

Em apartes, vários senadores manifestaram seu apoio ao discurso de Agridino. Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a correção das distorções dos saldos devedores e a suspensão das execuções praticadas pelos bancos oficiais. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o Congresso passe a realizar sessões deliberativas também às segundas-feiras, a fim de agilizar a análise das matérias da pauta da convocação extraordinária.

Agridino se comprometeu a sugerir ao presidente do Senado a realização de sessões deliberativas às segundas-feiras, pelo menos durante o restante do período da convocação.

Empresário depõe munido de *habeas corpus*

O empresário Roberto Carlos da Silva Kurzweil depõe hoje, às 10h30, na CPI dos Bingos munido de *habeas corpus* concedido ontem pela ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal (STF). O depoente poderá recusar-se a responder perguntas dos senadores e não precisará assinar o compromisso de dizer a verdade. O *habeas corpus* também evita uma eventual prisão.

Empresário do setor de locação de veículos, Kurzweil é suspeito de participar do suposto transporte de dólares que, segundo a revista *Veja*, teriam sido doados pelo governo cubano para a campanha do presidente Lula em 2002. Também teria sido beneficiado, conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*,



Kurzweil pode recusar-se a responder perguntas dos senadores da CPI dos Bingos

com linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em negócios em Angola.

Segundo o *site* do STF, a ministra Ellen Gracie afirma que Kurzweil deve ser ouvido na con-

dição de investigado, embasando sua decisão na garantia constitucional da não-auto-incriminação. O empresário já havia conseguido liminar do STF para impedir a quebra de seus sigilos fiscal, bancário e telefônico pela CPI.

Serys elogia trabalho pelo fim da violência contra a mulher

nambuco, de catalogar os casos de violência contra a mulher como método de combater esse mal.

A senadora afirmou que, conforme pesquisa da secretaria, 290 mulheres foram assassinadas em Pernambuco em 2005. Este ano, até agora, houve 37 homicídios de mulheres, a maioria jovens e assassinadas por seus parceiros.

Serys anunciou ainda a realização de dois encontros ambientalistas, em Curitiba: a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança, de 13 a 17 de março; e a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, de 20 a 31 de março. Segundo ela, deverão estar presentes aos encontros

representantes de 131 países que são partes do protocolo e de 188 países que participam da convenção. Estarão em discussão nos encontros, informou a senadora, temas como biossegurança, acesso e repartição de benefícios e implementação dos direitos das populações tradicionais sobre biodiversidade.

Célio Azevedo



Nelson Carneiro presidiu o Senado entre 1989 e 1990

Senado relembra dez anos da morte do ex-senador Nelson Carneiro

O Senado aprovou ontem voto de lembrança pela passagem dos dez anos de falecimento do ex-senador Nelson Carneiro, ocorrida em 6 de fevereiro de 1996, quando ele tinha 85 anos. Entre os senadores que assinaram o requerimento estão Renan

Calheiros e os ex-presidentes da Casa José Sarney (PMDB-AP), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Nelson Carneiro nasceu em Salvador (BA), em 1910. Foi eleito, pela UDN, suplente de

deputado da Assembléia Constituinte em 1945. A partir de 1950, elegeu-se deputado federal pela Bahia, pelo Rio de Janeiro e pela Guanabara. Em 1970, foi eleito senador pelo PMDB, representando a Guanabara. Em 1971, tornou-se líder do partido no

Senado. Reelegeu-se mais duas vezes, em 1978 e 1986. Durante seu último mandato, entre 1989 e 1990, ele presidiu o Senado.

– Nelson Carneiro encetou lutas incriveis e teve eleitores extremamente fiéis – recordou o líder do PMDB, Ney Suassuna (PB).

Viana: Acre tem cursos superiores em 100% dos municípios

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou, ontem, que a totalidade dos municípios do estado do Acre agora contam com instituições de ensino superior. O parlamentar disse acreditar que o Acre é o primeiro estado brasileiro a oferecer cursos superiores em 100% dos seus municípios.

– Esse é um fato marcante na vida educacional do Acre – frisou, lembrando que há sete anos 45% dos municípios do estado não dispunham do ensino de 2º grau.

Tião Viana ressaltou a importância do acesso ao ensino superior, afirmando que o curso universitário dá ao estudante nova compreensão da vida, da organização social e da política pública.

O senador citou, ainda, conquistas do governo federal na área da educação, com destaque para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que tem a adesão de 1.142 instituições privadas de ensino e ofereceu 112 mil bolsas de estudo para estudantes de famílias de baixa renda. Em sua segunda edição, em 2004, informou, o programa recebeu inscrições de 797.840 estudantes, um aumento de mais de 130% em relação à anterior, de 2003.

Viana mencionou ainda outros programas, como o transporte escolar, que beneficia 3 milhões de crianças; o Programa Nacional do Livro, que distribuiu, em 2005, 125 milhões de livros didáticos; e o atendimento a mais de 600 mil jovens com necessidades especiais. Além disso, acrescentou, mais de 2 milhões de pessoas com idade superior a 15 anos foram alfabetizadas.

Roosevelt Pinheiro



Curso universitário dá ao estudante uma nova compreensão de vida, observa Viana

Cientistas políticos de universidades brasileiras e de outros países irão se reunir para discutir com parlamentares a modernização e a aproximação do Legislativo com a sociedade

Seminário do Interlegis debate dados do Censo do Legislativo

O Programa Interlegis, responsável pelo primeiro Censo do Legislativo, promete revelar, durante um seminário previsto para a primeira semana de abril deste ano no Senado, o retrato exato dos trabalhos do Poder Legislativo nas esferas municipais, estaduais e federal. O evento vai reunir cientistas políticos de universidades brasileiras e de diversos países para discutir com os parlamentares, a partir dos dados extraídos pelo censo, os melhores caminhos para a modernização do Legislativo e a aproximação do Poder com a sociedade.

O lançamento dos dados do censo tem gerado expectativa entre parlamentares, servidores e cientistas políticos de todo o país, desde o início do recenseamento em 2005. O suspense vem sendo levantado pelo presidente Nacional do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), que, durante os Seminários Regionais e Nacional do programa de 2005, comentou alguns dos casos registrados pelos recenseadores em suas viagens

Moreira Moitz



Efraim Morais, presidente do Interlegis, relata casos registrados por recenseadores

pelo Brasil.

Em um deles, conta o 1º secretário do Senado, o prefeito do município expulsou os vereadores do prédio da prefeitura, onde funcionava a sede da Câmara, por não terem aprovado lei de seu interesse. Os vereadores foram então reunir-se à sombra de uma árvore em praça pública. Como represália, o prefeito mandou cortar a árvore. A história ilustra a constatação de uma comum dependência indevida entre Legislativo e Executivo nas esferas municipais.

Os recenseadores do Interlegis também foram responsáveis pela atualização dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Interlegis constatou a existência de três novos municípios, posteriormente reconhecidos pelo instituto. Todos os recenseadores trabalharam como voluntários e chegaram a 100% dos municípios brasileiros, onde tiraram fotos das sedes do Legislativo, quando havia, e registraram suas estruturas física e administrativa e a qualidade do processo legislativo.

Segundo ciclo do programa tem meta inovadora

O seminário também será o marco do início do segundo ciclo do programa, o Interlegis 2. Com objetivo ainda mais ousado que o Interlegis 1, a idéia é gerar um sistema de inteligência que modernize todas as ações do Legislativo, desde a gestão administrativa das sedes do Poder até o processo legislativo propriamente dito, principalmente no tocante às câmaras municipais. Assim, soluções legislativas para problemas enfrentados em algum município brasileiro virarão modelo para problemas similares em outras localidades, sem a repetição de processos. Também evitará a promulgação de leis repetidas, com

teor incongruente a leis anteriores ou inconstitucionais.

O primeiro ciclo, conhecido como Interlegis 1, teve início em 1997 e foi responsável pelo suporte técnico que viabiliza a troca de informações entre as casas legislativas. O Interlegis equipou e treinou servidores e membros de 3.037 câmaras municipais, levando a todas elas computadores, programas, impressora e *modem*. Além disso, interligou as 27 unidades da Federação por meio de suas assembleias legislativas, da Câmara Distrital, do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União, em um sistema de videoconferência, que já tem

promovido grande redução nos custos de viagens e telefone, sendo uma interação pioneira entre parlamentares de Casas estaduais e federais. Já são interligados ao sistema Interlegis 75% do Legislativo de todo o país.

O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que utiliza a tecnologia da informação como meio para promover a modernização do Poder Legislativo brasileiro. O BID divulga o Interlegis por parlamentos do mundo inteiro como modelo de aprimoramento legislativo.



Roosevelt Pinheiro

Assembléia reúne, pela primeira vez, índios guaranis sul-americanos, diz Paim

Paim destaca evento que reúne povos indígenas

Paulo Paim (PT-RS) anunciou em Plenário a realização, de 4 a 7 deste mês, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, da Assembléia Continental dos Povos Indígenas. O senador disse que durante a assembleia serão lembrados os 250 anos da morte do índio Sepé Tiaraju, líder da resistência do povo guarani dos Sete Povos das Missões, no atual território gaúcho, contra a expulsão promovida pelos impérios de Espanha e Portugal, após a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri.

Sepé Tiaraju foi morto em 1756 no episódio que ficou conhecido como Massacre de Caiboaté, batalha em que morreram 1.500 índios guaranis.

Paim disse que entregará ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas e à assembleia projeto de lei, apresentado por ele no Senado, que fixa a data de 7 de fevereiro como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas e propõe a inclusão de Sepé Tiaraju no *Livro dos Heróis da Pátria*, como Tiradentes, Marquês de Tamandaré e Zumbi dos Palmares.

O senador ressaltou que é a primeira vez que índios guaranis da América do Sul se reúnem no Rio Grande do Sul. Ele frisou a representatividade da assembleia, da qual participam delegações de todos os estados do país e da Bolívia, representantes do movimento negro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Pastoral da Terra, de organizações não governamentais, de estudantes, do Movimento Tradicionalista Gaúcho, além de antropólogos, sociólogos e artistas.